

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA Sucursal do Luxemburgo

Declaração sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo

1. Informação Institucional

- **Nome:** Caixa Geral de Depósitos, SA, Sucursal do Luxemburgo
- **Morada:** 7, rue Goethe, L – 1637, Luxembourg
- **Código SWIFT:** CGDI LU L1
- **Estatuto jurídico:** Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos
- **Accionista:** Estado Português
- **Entidades de Supervisão:** *Commission de Surveillance du Secteur Financier* (CSSF)
- **No Reg. de Commerce:** B61314
- **Auditores Externos:** Deloitte Luxembourg
- **Contacto:** *Compliance Officer* – Núcleo de *Compliance*

Morada: 7, rue Goethe, L – 1637, Luxembourg

Telefone: +352 299 676 346

Fax: +352 299 676 362

E-mail: compliance@cgd.lu

2. Normativo Nacional e Internacional considerado Relevante

Normas e Recomendações Internacionais:

- 40 Recomendações do FATF/GAFI, sobre o branqueamento de capitais e sobre o financiamento do terrorismo, elaboradas em 1990, revistas em 1996, 2003, 2004 e 2012, integrando, na última revisão, as 9 recomendações específicas sobre o financiamento do terrorismo (elaboradas em 2001 e atualizadas em 2004) - constituem um quadro avançado, completo e consistente de medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

- Diretiva 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio de 2015.
- Regulamento (CE) n.º 1889/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, relativo ao controlo das somas em dinheiro líquido que entram ou saem da Comunidade.
- Regulamento (CE) n.º 2015/847 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Maio de 2015, relativo às informações que acompanham as transferências de fundos.

Legislação e Regulamentação Nacional (Luxemburguesa):

- Lei de 5 Abril 1993 relativa ao Sector Financeiro e respectivas alterações.
- Lei de 23 de Dezembro de 1998 relativa à criação da *Commission de Surveillance du Secteur Financier* e respectivas alterações.
- Lei de 12 de Novembro de 2004 relativa à luta contra o branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e respectivas alterações.
- Lei de 17 Julho de 2008 que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, e 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de Agosto, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro e das actividades e profissões especialmente designadas para efeitos do branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.
- Lei de 27 de Outubro de 2010 relativa ao reforço do quadro legal em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, adoptando as resoluções das Nações Unidas adoptadas pela União Europeia (UE) relativas às medidas restritivas em matéria financeira contra pessoas, entidades e grupos.
- Regulamento CSSF nº 12-02 de 14 Dezembro 2012 relativo à luta contra o branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.
- As circulares sobre a matéria emitidas pela CSSF.
- Código Penal – (Art. 32-1; 37; 112-1; 135-1 à 135-10; 198 à 201; 205; 206; 209; 210; 324; 506-1 à 506-8).
- Código de Instrução Criminal - (art. 5-1; 7-4; 23; 24-1; 26; 26-2; 29).

Legislação e Regulamentação Portuguesa:

- Lei 4/83 de 2 de Abril;
- Lei 5/2002 de 11 de Janeiro;
- Lei 11/2002 de 16 de Fevereiro;
- Lei 52/2003 de 22 de Agosto (alterada pela lei nº 59/2007 de 4 de Setembro);
- Lei 25/2008 de 5 de Junho
- Lei 88/2009 de 31 de Agosto;
- Decreto-Lei 61/2007 de 14 de Março;
- Decreto-Lei 125/2008 de 21 de Julho;
- Aviso 5/2013 (alterado pelo Aviso nº 1/2014) do Banco de Portugal
- Código Penal – Artº 11
- Código Penal – Artº 368-A;
- Código de valores Mobiliários: artº 305-A e 306-C

3. Medidas de Prevenção do Branqueamento de Capitais (PBC) e do Combate ao Financiamento do Terrorismo (CFT)

A Sucursal da Caixa Geral de Depósitos no Luxemburgo (Sucursal) tem definidas políticas e procedimentos que asseguram que as operações são realizadas de acordo com a legislação doméstica respectiva, no que diz respeito à PBC e ao CFT.

A Sucursal adota a legislação nacional e internacional incluindo a portuguesa, em relação à identificação dos clientes, banca de correspondentes, conservação de documentos e formação.

Encontram-se, também, implementadas políticas e procedimentos internos de *compliance*, nomeadamente quanto a controlo interno, avaliação e gestão do risco e auditoria, de forma a prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

4. Medidas de Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Combate ao Financiamento do Terrorismo na CGD (PBC/CFT)

A Sucursal adoptou políticas e procedimentos internos que asseguram o cumprimento da legislação nacional e internacional, incluindo a portuguesa, respeitante a PBC/CFT.

A Sucursal tem um programa de PBC/CFT que identifica, mitiga e gere o risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

O Luxemburgo é membro da UE e do FATF/GAFI, aplicando a Sucursal as seguintes políticas e procedimentos:

Conhecimento e Monitorização do Cliente: tem políticas e procedimentos internos que asseguram o cumprimento do dever de identificação dos seus clientes e efectua, com recurso a ferramentas informáticas, a monitorização das transacções realizadas pelos seus clientes que são filtrados com regularidade (por confronto com listagens relevantes para identificação de sancionados e PEP's).

Pessoas Politicamente Expostas (PEP's): monitoriza de forma reforçada as transacções em que os clientes ou os beneficiários efectivos sejam PEP's.

Contas Anónimas ou Numeradas: não fornece aos seus clientes contas anónimas ou numeradas.

Conservação de Documentos: os documentos relativos à identificação dos clientes, bem como os comprovativos de transacções (em formato papel, ou qualquer outro), são conservados pelo período mínimo de 10 anos após a sua realização, mesmo quando a relação comercial tenha já cessado.

Monitorização de Operações Suspeitas: é efectuada pelos seus empregados e, também, por uma aplicação informática, através de uma abordagem baseada no risco.

Comunicação de Operações Suspeitas: a Sucursal tem políticas e procedimentos internos por forma a cumprir a sua obrigação legal de comunicar ao *Parquet* as operações suspeitas de configurarem a prática dos crimes de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

Comunicação de transacções bancárias relevantes nas contas e verificação das transferências: a Sucursal analisa as operações bancárias superiores a € 15.000 (ou menos se suspeitas), caso tenha dúvidas na sua legalidade estas são comunicadas ao *Parquet*. Os detalhes das operações de transferência como o país, nome do ordenante e do beneficiário e entidade bancária são verificados contra as listas

internacionais. A Sucursal tem implementadas políticas e procedimentos internos de forma a cumprir com a legislação aplicável.

Formação: é ministrada formação de PBC/CFT a todos os empregados, em especial aos da rede comercial, sobre a detecção e o processo de comunicação de operações suspeitas.

Acompanhamento dos Empregados: tem implementados processos que garantem a segurança sobre a identidade, honestidade e integridade dos empregados.

Auditoria Independente e Revisão da Função *Compliance*: a auditoria interna tem programas de auditoria específicos de avaliação da função *compliance* aprovados pelo Conselho de Administração.

Banca de Correspondentes: a Sucursal não tem relações de correspondência directa. Para operar no mercado fá-lo por intermédio da Caixa Geral de Depósitos em Portugal ou em França. O estabelecimento das relações de correspondência é da responsabilidade da CGD em Portugal que implementou procedimentos de diligência baseados no risco que incluem o conhecimento da natureza do negócio do correspondente, a sua licença para operar, a qualidade da sua gestão, propriedade e controlo efectivo e as suas políticas de PBC/CFT. O estabelecimento de relações de correspondência está condicionado à deliberação da Comissão Executiva, com parecer prévio do Gabinete de Suporte à Função *Compliance*.

Bancos de Fachada: não são estabelecidas nem mantidas relações de negócio com bancos de fachada.

***Payable-through Accounts*:** a Sucursal não fornece este tipo de serviço.

Avaliação das transferências contra as listas internacionais: procede à filtragem das transferências recebidas e enviadas contra as listas da CSSF, UE, Nações Unidas e *Office of Foreign Assets Control* (OFAC).

Política de Sanções: a Sucursal implementou um conjunto de políticas e procedimentos tendo em vista assegurar que a Instituição não estabelece ou mantém relações de negócio, nem processa operações para/em benefício de pessoas, entidades ou países sancionados.

A Política de Sanções da Sucursal pode ser disponibilizada às entidades que a solicitarem.

5. *Wolfsberg AML Questionnaire*

A Sucursal segue os princípios constantes no *Wolfsberg AML Questionnaire* relativos à PBC/CFT.

O *Wolfsberg AML Questionnaire* da Sucursal pode ser disponibilizado às entidades que o solicitarem.

6. *USA Patriot Act Certificate*

O *USA Patriot Act (Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act 2001) Certificate* da Caixa Geral de Depósitos, S.A. aplica-se diretamente à Sucursal da Caixa Geral de Depósitos S.A. no Luxemburgo

O *USA Patriot Act Certificate* da Caixa Geral de Depósitos S.A. encontra-se disponível no sítio da *internet* da CGD: www.cgd.pt.